



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022

**FORMULÁRIO DE RETIRADA DE EDITAL**

PREENCHER O FORMULÁRIO COM LETRA DE FORMA

PESSOA JURÍDICA	
ENDEREÇO COMPLETO	
CNPJ	
TELEFONE	
FAX	
E-MAIL	
PESSOA PARA CONTATO	

Recebi através do e-mail da Câmara Municipal de Guarapari, cópia do Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022 – **EXCLUSIVO PARA ME E EPP** – PROCESSO Nº 289/2022, objetivando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO E; EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES, estado ciente que os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTAS serão recebidos até o dia e horário indicado no Edital em epígrafe.

Guarapari, \_\_de\_\_\_\_\_de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo da pessoa jurídica

**ATENÇÃO:**

As empresas que obtiverem o Edital através do e-mail deverão encaminhar este comprovante imediatamente, devidamente preenchido, pelo endereço eletrônico [licitacao@cmg.es.gov.br](mailto:licitacao@cmg.es.gov.br).

Este procedimento se faz necessário para facilitar a comunicação com as empresas licitantes caso haja alguma alteração no Edital.

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.



# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 289/2022

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022 – PROCESSO Nº 289/2022, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO E; EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES, por intermédio de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 7.552/2022, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO PARA ME E EPP**. O recebimento do credenciamento e abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão **a partir das 09 horas do dia 02 de junho de 2022**, na Sede da Câmara Municipal de Guarapari, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES, CEP:29.200-180.

A presente licitação tem como tipo **MENOR PREÇO PARA O LOTE**, e será integralmente conduzida pelo Pregoeiro e assessorado por sua equipe de apoio, em atendimento aos termos da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, consoante às condições estatuídas neste instrumento convocatório e seus anexos, aplicando-se ainda, no que couber, a Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, em especial a Lei Complementar nº147/2014 e demais Leis pertinentes a matéria.

#### **1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO E; EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES**, conforme especificações e condições previstas no Termo de Referência e Anexos.

#### **2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1. Somente poderão participar do certame, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 147/2014 e Capítulo VI da Lei Complementar Municipal nº 106/2017, microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, assim caracterizadas nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.**

2.2. As empresas que desejarem participar do pregão deverão entregar ao Pregoeiro, os documentos de credenciamento e 02 (dois) envelopes fechados distintos, indicando respectivamente “01 - PROPOSTA” e “02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, **até às 09 horas do dia 02 de junho de 2022**, no local de realização do Pregão: Sala de Reunião da Câmara Municipal de Guarapari, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES.

**Obs.: Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues fora de qualquer envelope, apartados dos envelopes de habilitação e proposta econômica.**

2.3. Os Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste Edital aos cuidados do Pregoeiro.

2.4. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes fora do prazo estabelecido no Edital, sendo certo que iniciada a abertura do primeiro envelope de proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a impossibilidade de admissão de novos participantes no certame.

2.5. Não poderão participar as empresas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com qualquer Município.

2.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

2.7. Caso o vencimento coincida com domingo, feriado ou dia em que não haja expediente administrativo no Município, o mesmo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

2.8. Caso julgue conveniente, tomado o seu exclusivo critério, o Pregoeiro poderá suspender a reunião a fim de que tenha melhores condições de negociação marcando nova data e horário em que voltará a se reunir e dar continuidade aos trabalhos.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

**2.9. Somente poderão participar deste Pregão as pessoas jurídicas que estejam desenvolvendo as atividades objeto desta licitação e que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.**

### **3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**3.1.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.

**3.2.** As impugnações deverão ser protocoladas diretamente no Setor de Protocolo, localizado na Sede da Câmara Municipal de Guarapari/ES, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES, CEP: 29.200-180, e dirigidas ao Pregoeiro subscritor deste Edital.

**3.2.1.** A impugnação do edital deverá conter a indicação do interessado ou quem o represente, endereço completo, telefone e e-mail, data e assinatura do interessado ou seu representante, assim como o documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da licitante.

**3.3.** As impugnações protocoladas intempestivamente, enviadas por e-mail ou fax não serão conhecidas.

**3.4. Os pedidos de esclarecimentos não necessitarão de protocolo e poderão ser sanadas diretamente com o Pregoeiro e sua equipe de apoio ou através do e-mail licitacao@cmg.es.gov.br.**

**3.5.** Acolhida a petição sobre o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. Na hipótese de afetar a formulação da proposta, o prazo será devolvido integralmente.

**3.6.** As impugnações serão respondidas ao impugnante por meio de e-mail, que deverá ser apresentada na peça impugnatória, visando facilitar e agilizar o atendimento.

**3.7.** A impugnação do edital não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela instrução do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte quatro) horas, contado da data de recebimento do autos de impugnação.

**3.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação do edital é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro nos autos do processo de licitação.

### **4. DO CREDENCIAMENTO**

**4.1. Para fins de credenciamento (Anexo III) o licitante deverá apresentar ao Pregoeiro por meio de um representante, devidamente munido de uma procuração ou carta de credenciamento, com poderes para participar ESPECIFICAMENTE deste procedimento licitatório em nome da Licitante, juntamente com cópia autenticada do documento de Identidade, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recursos, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.**

**4.2.** O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionado no item 2.1.

**4.3.** O Credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como manifestar interesse recursal.

**4.4. Para efetivação do Credenciamento é OBRIGATÓRIA à apresentação da Cópia autenticada do Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos referente à eleição dos administradores da sociedade. No caso de sociedade (s) civil (s), inscrição de seu ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício. No caso de empresa individual, registro comercial. Tais documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da respectiva consolidação, Cópia Autenticada do Documento de Identidade do(s) Sócio(s) Administrador(es), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra e a DECLARAÇÃO (anexo IV), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei 10.520/2002.**

**4.5.** No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo (item 4.4), estatuto ou contrato social e seus termos aditivos, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, juntamente com cópia autenticada do Documento de Identidade.

**4.6.** As Licitantes que desejarem encaminhar seus envelopes via postal com AR, também deverão apresentar a declaração (anexo IV) acima citada, no envelope de HABILITAÇÃO e, caso não se faça representar durante a sessão de lances verbais, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descritos no item 4.1.

**4.7.** É vedada a participação e o credenciamento de 01 (um) mesmo representante, para mais de uma empresa pregoante interessada em



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

participar do certame.

**4.8. As empresas para comprovar a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) deverão apresentar a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL, emitida nos últimos 60 dias, e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. (ANEXO VII).**

**4.8.1. No caso do MEI deverá apresentar somente a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. (ANEXO VII).**

**4.9.** Caso a empresa não entregue as declarações constante do item 4.8, entenderá que ela não deseja valer-se do tratamento diferenciado concedido a Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP), pela Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.

**4.10.** A apresentação do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto, Carteira de Identidade e CPF do (s) sócio (s) administrador (es) da empresa licitante, devidamente autenticados no Credenciamento, ISENTA o licitante de apresentá-los no envelope nº 02 – Habilitação.

**4.11. Os documentos tratados neste tópico 04 deverão ser apresentados por fora dos envelopes de proposta e habilitação, ou seja, sem qualquer invólucro.**

### 5. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

**5.1.** No dia, hora e local, designados neste edital, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos e devidamente lacrados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação. Os envelopes deverão indicar na parte externa o número deste PREGÃO, razão social da empresa e as indicações “01 - PROPOSTA” e “02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”, da seguinte maneira:

<b>01 – PROPOSTA ECONÔMICA</b>	<b>02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI PREGÃO PRESENCIAL 003/2022	CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI PREGÃO PRESENCIAL 003/2022
RAZÃO SOCIAL:	RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:	CNPJ:
ENDEREÇO:	ENDEREÇO:
TELEFONE:	TELEFONE:
E-MAIL:	E-MAIL:

### 6. ENVELOPE DE PROPOSTA

**6.1.** Na parte externa do envelope deverá constar a palavra “PROPOSTA”. A proposta deverá ser impressa (digitada ou datilografada) em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com 02 (duas) casas decimais depois da vírgula (R\$ x,xx), com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente edital. Suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo seu representante legal, DEVENDO CONSTAR:

- Nome (razão social) do (a) Licitante, endereço, número de telefone/fax, CEP e nº do CNPJ;
  - As licitantes deverão apresentar propostas de preços de forma detalhada, descrevendo os bens ofertados por meio de especificações claras, completas e minuciosas, observadas as especificações mínimas contidas neste Termo, indicando a marca, o modelo, o tipo, a referência, a quantidade, os prazos de validade, de garantia e de entrega, no que for aplicável, bem como os valores unitários e totais;
  - A licitante deverá considerar incluídas no valor proposto todas as despesas inerentes à entrega dos bens, tais como: tributos, fretes, embalagens, encargos sociais e demais itens que possam influir direta ou indiretamente no custo do fornecimento;
  - Deverá o preço ser cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, já consideradas, entretanto, todas as despesas;
- e) As propostas apresentadas com valores superiores aos que foram estipulados na planilha constante no Anexo I, serão DESCLASSIFICADAS;**
- Uma única cotação de preço para cada item;
  - Prazo fixado de entrega dos bens licitados, será o discriminado no Termo de Referência (anexo II);
  - h) Declaração** (assinada pelo representante da empresa) de que, caso seja vencedora se compromete executar os serviços nos preços constantes de sua proposta e no prazo estabelecido no edital, que deverá estar contido na proposta, conforme modelo no **anexo VI**;
  - Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para entrega dos envelopes.
- i.1)** Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida nos termos da alínea “i”, sem ocorrer sua desclassificação, independente de manifestação.

**6.2.** A simples participação neste certame implica:

- A aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seu (s) anexo (s);



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

b) Que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da Licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, e fiscais, comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos.

**6.3.** As propostas, sempre que possível, deverão trazer as mesmas expressões contidas no termo de referência e anexo I evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

**6.4.** Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada item.

### 7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**7.1.** Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

**7.2.** Será então, selecionada pelo Pregoeiro a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

**7.3.** Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior (7.2), o Pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido selecionadas, até o máximo de três, qualquer que sejam os preços oferecidos.

**7.4.** Às licitantes selecionadas na forma dos itens 7.2 e 7.3 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

**7.5.** Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.

**7.6.** Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias, sendo que a diferença entre cada lance não poderá ser inferior a R\$ 20,00 (vinte reais).

**7.7.** Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

**7.8.** Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE.

**7.9.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**7.10.** Após este ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE.

**7.11.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

**7.12.** Declarada encerrada a fase de lances, o Pregoeiro procederá a classificação dos licitantes, considerando os valores lançados onde verificará se ocorreu empate (EMPATE FICTO), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, entre o lance mais bem classificado e os lances apresentados por empresas com direito a tratamento diferenciado além de examinar a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.

**7.12.1.** Considerar-se-ão empatados (EMPATE FICTO) todos os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais bem classificado.

**7.12.2.** Não ocorrerá empate quando o melhor lance tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**7.12.3.** Ocorrendo empate nos termos do disposto do item 7.11, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** O Pregoeiro verificado a existência de empresa enquadrada na Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014, no intervalo citado no item 7.11.1, convocará, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentação da proposta de preço inferior à primeira classificada;

**b)** A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, e havendo apresentação de preço inferior pela mesma, esta passará a condição de primeira colocada no certame, não importando a realização de nova etapa de lances;

**c)** Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma das alíneas "a" e "b" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos itens 7.12 deste edital, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

**d)** No caso de equivalência (igualdade) dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.11.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta.

**7.12.4.** Na hipótese do não exercício de preferência, nos termos previstos no subitem anterior, voltará a condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de melhor preço originariamente apresentados na fase de lances.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

7.13. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.

7.14. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente do (s) licitante (s) que a tiver formulado.

7.15. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou propostas, após o transcurso da competente fase recursal

7.16. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto, para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

7.17. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitante (s) presente (s).

7.18. A empresa vencedora deverá, em caso de alteração do valor proposto, encaminhar ao Setor de Licitações a adequação da proposta no prazo de até 03 (três) dias úteis.

### 8. DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota, por publicação Oficial ou pelo Pregoeiro ou da Equipe de Apoio, (antes da abertura do certame). Aqueles impressos com autenticação eletrônica serão submetidos à conferência da autenticidade na internet.

8.1.1. Se no envelope constar cópia de documento não autenticado e este não for de conferência eletrônica via internet, a via original poderá ser apresentada imediatamente pelo licitante para a devida autenticação, sob pena de inabilitação.

8.2. A habilitação ao presente pregão será demonstrada através da apresentação dos documentos abaixo relacionados devidamente AUTENTICADOS:

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade e CPF do (s) sócio (s) administrador (es) da empresa licitante;

b) Cópia autenticada do Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos referente à eleição dos administradores da sociedade. No caso de sociedade (s) civil (s), inscrição de seu ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício. No caso de empresa individual, registro comercial. O Ato Constitutivo ou contrato social devem estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da respectiva consolidação.

**c) Alvará de funcionamento, emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede da licitante, válido na data da licitação.**

#### 8.2.1. DOCUMENTOS RELACIONADOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição ATIVA no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Certidões Negativas de Débito Estadual e Municipal no domicílio sede do licitante, válida na data da licitação;

**c) Certidões Negativas de Débito Estadual e Municipal no domicílio sede da CONTRATANTE, válida na data da licitação;**

d) Certificado de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, válida na data da licitação;

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Débitos Previdenciários, junto a Receita Federal, válida na data da licitação;

f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista CNDT válida na data da licitação.

**8.2.1.1. Em se tratando de Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, o licitante deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

**Parágrafo Único** – Para Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP E Microempreendedor Individual –MEI, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para apresentar a documentação regular.

#### 8.2.2. DECLARAÇÕES ASSINADA PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA (Anexo V):

a) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1959 (Lei nº 9.854/99);

b) Declaração da licitante de que não tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública de qualquer Município;



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

c) Declaração de Ciência: Informando que será de inteira responsabilidade da CONTRATADA qualquer acidente, danos a terceiros entre outros, ocorridos em horário de trabalho, ficando o Município de Guarapari isento de qualquer responsabilidade pelos mesmos.

### 8.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado(s) de capacidade técnica da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa fornece ou forneceu SATISFATORIAMENTE os MATERIAIS compatíveis àqueles objeto desta licitação e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente. (No documento deverá constar o CNPJ da empresa que forneceu o atestado, endereço e telefone, datado e devidamente assinado por seu representante legal).

### 8.2.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência, com data de expedição em até 30 (trinta) dias data para apresentação de propostas, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, com termo de abertura e encerramento e com registro na Junta Comercial (ou na forma do Decreto Federal 8.683 de 25 de Fevereiro de 2016).

**Obs.:** No caso de empresas recentes, constituídas no presente exercício, será admitido Balanço de abertura, porém com o devido registro na Junta Comercial;

**b.1)** Para Sociedade Anônimas e outras Companhias obrigada à publicação de Balanço, na forma da Lei nº 6.404/76, cópias da publicação de:

- balanço patrimonial;
- demonstração do resultado do exercício;
- demonstração das origens e aplicações de recursos;
- demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- notas explicativas do balanço.

**b.2)** Para outras empresas:

- balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
- demonstração do resultado do exercício;
- cópia do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.

c) Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá providenciar junto ao mesmo a seguinte documentação:

- Termo de Autenticação do Livro Digital;
- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- Notas explicativas do balanço.

**d) No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte cadastradas e optante pelo "SIMPLES", deverão apresentar somente Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS/PGDAS juntamente com o último extrato do simples.**

**d.1) Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte apresentar o Balanço Patrimonial deverão apresentar também a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS/PGDAS.**

**d.2) No caso especificado na alínea "d" a licitante deverá apresentar ainda a Declaração de Optante pelo Simples Nacional, emitida nos últimos 60 dias.**

**d.3) Caso a Empresa tenha sido constituída há menos de 01 (um) ano, deverá apresentar declaração comprobatória de rendimentos mensais emitido pelo Site do Simples Nacional englobando todos os meses da data de início das atividades até a data designada para abertura desta licitação.**

**e) No caso de Microempreendedor Individual – MEI, deverá apresentar somente a Declaração Anual Simples Nacional - DASN/CIMEI e ainda a Declaração de Optante pelo Simples Nacional, emitida nos últimos 60 dias.**

**e.1) Caso o MEI tenha menos de 1 ano de existência, deverá apresentar declaração comprobatória de rendimentos mensais, desde a constituição até o mês que antecede a Licitação, devidamente assinada por seu representante legal.**

**8.3.** Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

**8.4. Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.**

**8.5.** O Pregoeiro, durante a análise do envelope de Habilitação, quando julgar necessário, procederá a validação das certidões nos órgãos oficiais emissores.

### **9. DOS CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**9.1.** O objeto desta licitação será adjudicado por Lote ao Licitante cuja proposta seja considerada vencedora do Certame.

**9.2.** A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.

**9.3.** Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão, o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

### **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**10.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, dirigida ao Pregoeiro no final da sessão, observando-se o rito previsto no inciso XVIII do artigo 4º da Lei 10.520/02.

**10.2.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço mencionado na inicial.

**10.3.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.

**10.4.** As razões apresentadas por escrito no prazo de 03 (três) dias corridos (art. 4º, XVIII da Lei 10.520/2002), não poderão divergir daquelas que motivaram a manifestação transcrita em ata. O documento deve ser assinado por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos).

**10.5. Os recursos deverão ser apresentados no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Guarapari, mediante formalização do processo (protocolização), dentro do prazo legal, qual seja até 03 (três) dias corridos após a realização do pregão.**

**10.6.** Os demais licitantes ficam cientes de que deverão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias corridos (art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02), a contar do término concedido ao licitante que manifestou a intenção de recorrer.

**10.7.** Os pedidos de Reconsideração e os Recursos interpostos fora do prazo serão considerados preclusos, bem como não serão passíveis a análise aqueles interpostos por outro meio que não especificado no item 10.5.

**10.8.** Interposto o Recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente justificado à Autoridade Competente que decidirá a respeito.

**10.9.** O Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Decididos os Recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

### **11. DAS PENALIDADES**

**11.1.** Caso a CONTRATADA não cumpra as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus Anexos, compreendendo, dentre outras, o fornecimento dos materiais, ocasionará desatendimento às condições contratadas, ficando sujeita a multas, rescisão contratual e demais sanções previstas nesses documentos, nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes.

**11.2.** A inexecução total ou parcial do Contrato poderá, garantida a prévia e ampla defesa, ensejar, segundo a extensão da falta cometida, a aplicação das penalidades previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02 das seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor da parcela do objeto, pelo atraso no cumprimento dos prazos estipulados no presente instrumento, a contar a partir do dia imediato ao do vencimento do prazo até o dia do efetivo cumprimento da obrigação, com limite de 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerado inadimplemento parcial, com multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor da parcela do objeto. No caso dos prazos de entrega, após o 10º (décimo) dia de atraso, os materiais poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução total do Contrato, com sua rescisão e com as demais consequências previstas neste Termo de Referência, no Edital e em seus outros Anexos e na legislação pertinente em vigor;



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

III. Multa de 5,0% (cinco por cento) sobre o valor total estimado para a contratação pelo inadimplemento a quaisquer outras obrigações pactuadas, e que venham a causar prejuízos ao CONTRATANTE, independente do ressarcimento dos danos à Administração;

IV. Multa de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) sobre o valor total estimado para a contratação pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas;

V. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado para a contratação pelo inadimplemento total da contratação, pela cessação do fornecimento, bem como no caso de quaisquer danos aos bens da CONTRATANTE, causados por negligência ou imperícia dos profissionais, sem a reposição ou conserto do bem pertinente, ou pelo fornecimento/reposição de peças incompatíveis ou reconcondicionadas;

VI. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, conforme artigo 87, inciso III, da Lei n.º 8.666/93;

VII. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.3. As penalidades de multa serão aplicadas, após o regular processo administrativo, em que serão garantidas à CONTRATADA a prévia e ampla defesa, e poderão ser descontadas dos pagamentos referentes ao Contrato, nos percentuais acima especificados e acrescidos de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, podendo, ainda, se for o caso, ser cobrada judicialmente, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Termo.

11.4. As multas imputadas à CONTRATADA e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa do Município e cobradas nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

11.5. As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com o caso concreto, garantida a ampla defesa, de igual forma, essas penalidades poderão ser relevadas na hipótese de ocorrência de fatos imprevisíveis, devidamente justificados e comprovados, a juízo da CONTRATANTE.

11.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva da Câmara Municipal de Guarapari.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste pregão correrão através da (s) seguinte (s) verba (s):

Objeto	Ação	Despesa	Elemento	Subelemento
Retroprojetores e Gravadores	2002	42	4.4.90.52	4.4.90.52.17 – Equipamentos para Audio, Vídeo e Fotos
HD Externo e Impressora Térmica	2002	42	4.4.90.52	4.4.90.52.19 – Equipamentos de Processamento de Dados
Etiquetas e Ribons	2002	13	3.3.90.30	3.3.90.30.17 – Material de Processamento de Dados

## 13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo dos materiais/serviços, mediante o fornecimento à Câmara Municipal de Guarapari de NOTA FISCAL ELETRÔNICA, os documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 29 da Lei nº 8.666/1993. Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a respectiva apresentação.

13.1.1. A nota fiscal deverá ser endereçada à CONTRATANTE (Câmara Municipal de Guarapari, CNPJ 27.467.844/0001-01), sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária.

13.2. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, os mesmos serão devolvidos à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

13.3. A Câmara Municipal de Guarapari poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual.

13.4. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário de titularidade da CONTRATADA.

13.5. Para a efetivação do pagamento a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne à proposta de preço e a habilitação.

13.6. Nenhum pagamento será efetuado em caráter antecipado, ou antes, de quitada ou relevada qualquer penalidade prevista no contrato.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

### 14. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO/SERVIÇO

14.1. Encerrado o processo licitatório, a Câmara Municipal de Guarapari/ES, respeitada a ordem de classificação, emitirá a Ordem de Fornecimento/Serviço à adjudicatária classificada em primeiro lugar, para no prazo descrito no termo de Referência proceder com a entrega do material/serviço.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa a presente Licitação.

15.2. A presente Licitação poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovada, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo da licitação.

15.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

15.4. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.5. Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados, direta ou indiretamente, a qualquer dos Licitantes, bem como qualquer outro Servidor deste Município.

15.6. O Pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Guarapari.

15.7. No ato da assinatura do termo contratual e/ou ordem de compra/serviço, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as certidões referentes à regularidade fiscal e trabalhista, que serão certificadas e juntadas ao termo contratual.

15.8. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.

15.10. Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas, serão rubricadas pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

15.11. Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessário, serão formalizados através de publicações no Diário Oficial deste Legislativo Municipal ([https://www.cmg.es.gov.br/diario\\_oficial](https://www.cmg.es.gov.br/diario_oficial)).

15.12. Os envelopes contendo os documentos e habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.

15.13. Caberá à CONTRATADA o atendimento às exigências legais para obtenção das licenças necessárias à execução dos serviços, ressalvadas aquelas de responsabilidade da CMG.

15.14. A Câmara reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

15.15. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos.

15.16. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

15.17. O Pregoeiro ou a autoridade superior solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes, bem como, prestará informações, quando solicitadas.

**15.18. A Câmara Municipal de Guarapari/ES fornecerá aos interessados todas as informações necessárias a formulação das propostas, através do e-mail [licitacao@cmg.es.gov.br](mailto:licitacao@cmg.es.gov.br) ou diretamente na Sede da Licitante, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 as 18:00 horas.**

### 16. DOS ANEXOS

16.1. Acompanham o presente Edital:



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

- I - Proposta Comercial Padrão - Especificação dos Lotes
- II - Termo de Referência
- III - Modelo da Carta Credencial
- IV - Modelo de Declaração Habilitatória
- V - Declarações
- VI - Declaração de Compromisso
- VII - Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Guarapari/ES, 19 de maio de 2022.

**Wagner Rudeck Sthel Cock**  
**Pregoeiro – CMG**



# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

## ANEXO I

### MODELO PROPOSTA COMERCIAL PADRÃO

(em papel timbrado da licitante)

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022**  
**PROCESSO Nº 289/2022**

Pelo presente, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/2002, bem como de suas atualizações, propondo à Câmara Municipal de Guarapari a execução do objeto desta licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e asseverando que:

I. No preço final de nossos serviços e fornecimento estão inclusos todos os custos diretos ou indiretos, os tributos e demais encargos fiscais e trabalhistas, bem como todos os itens e equipamentos necessários à perfeita prestação do objeto licitado.

II. O prazo de validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contado da data da entrega de seu respectivo envelope.

III. Que em caso de divergências entre os valores apresentados nas propostas escritas, será adotado o critério de preferência descrito a seguir, em ordem decrescente de prioridade:

- a. Os valores expressos em algarismos (absolutos) sobre os índices percentuais.
- b. O valor unitário sobre o valor total.
- c. O valor escrito por extenso sobre o expresso em algarismo.

IV. Caso nos venha a ser adjudicado o objeto do Pregão em referência, ele será executado inteiramente de acordo com o seu Edital e seus Anexos.

V. Temos plenas condições de realizar o fornecimento nos prazos contidos no Anexo II deste Edital (Termo de Referência), após o recebimento da ordem de fornecimento/serviço.

**VI. Nosso preço global estimado para o fornecimento dos produtos relacionados no Pregão é o de:**

**Lote 01: R\$ XXXXXX (        ).**

**Lote 02: R\$ XXXXXX (        ).**

VII. Segue discriminado abaixo no quadro de proposta:

**A Licitante poderá ofertar proposta para os dois lotes ou apenas para um deles.**

**Modelo para elaboração do quadro de proposta segue no item 12 do Termo de Referência (Anexo II).**



# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

## ANEXO II

### TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 289/2022 (Em apensos Processos nºs 2956/2021, 3880/2021 e 638/2022) - Pregão presencial nº 003/2022

#### **1. DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto deste termo a aquisição de equipamentos de áudio, vídeo e foto e; equipamentos e materiais de processamentos de dados, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Guarapari/ES.

1.1.1 - Destinação dos Materiais: Retroprojetores - Setor de Comunicação, Plenário e sala de Reunião

Gravadores de Voz e Som Digital – Setor de Taquigrafia

HD Externo – Setor de Assessoria Legislativa

Etiquetas e Ribons – Almoarifado/Patrimônio e Protocolo

Impressora Térmica - Almoarifado/Patrimônio e Protocolo

1.1.2 - O equipamento poderá ser realocado em outros setores conforme necessidade do CONTRATANTE, desde atendidas a finalidade pública.

1.1.3 - Os elementos técnicos descritos neste Termo de Referência são os mínimos necessários para assegurar que a aquisição/serviços se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e, ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

#### **2. DA JUSTIFICATIVA**

A continuidade e eficiência dos trabalhos são atributos principais a serem levados em conta pelos gestores, tendo em vista que a interrupção da prestação dos serviços públicos causaria transtornos aos administrados.

Para Aquisição de:

##### Retroprojetores (Proc. 289/2022)

Partindo para a realidade dos fatos, pensando em aprimorar a prestação dos serviços, tais aquisições se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de Comunicação, Sala de Reunião e ainda do Plenário, que atualmente não dispõe com suficiência de tais equipamentos para atender a demanda atual, e o existente se encontra em precárias condições em decorrência do desgaste natural, impedindo os servidores alcançarem a eficiência na prestação de seus serviços.

Assim, a composição deste objeto reside na necessidade de promover a atualização tecnológica e atender a demanda atual dos setores.

##### Gravadores de Voz e Som Digital (Proc. 2956/2021)

A aquisição dos equipamentos para atender diretamente ao setor de taquigrafia, sendo tal bem considerado como principal ferramenta para auxiliar na produção de seus trabalhos, uma vez que utilizam semanalmente para gravar as sessões legislativas enquanto os parlamentares ocupam a tribuna, os servidores do setor de taquigrafia vão se revezando para registrar os discursos transcrevendo à mão, cada palavra dita pelos vereadores. Em gestos rápidos e precisos, usando uma escrita de sinais (taquigramas), com símbolos baseados e fonemas, tudo é anotado de forma simultânea.

Ressalta-se que os gravadores existentes na CMG estão não atendem em sua plenitude, eis que além de não contar com o quantitativo suficiente para atender a demanda atual, ainda se encontram em precárias condições em decorrência do desgaste natural, ou obsoletos, impedindo os servidores alcançarem a eficiência na prestação de seus serviços.

##### HD Externo (Proc. 3880/2021)

Justifica-se a aquisição do equipamento para atender diretamente ao setor de Assessoria Legislativa que diariamente confecciona documentos que devem ser armazenados em prol da continuidade do serviço público.

Ressalta-se que os HDs existentes na CMG estão não atendem em sua plenitude, eis que além de não contar com o quantitativo suficiente para atender a demanda atual, ainda se encontram em precárias condições em decorrência do desgaste natural, ou obsoletos, impedindo os servidores alcançarem a eficiência na prestação de seus serviços.

##### Impressora e Insumos (Proc. 638/2022)

Tais aquisições se tornam imprescindíveis para o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de Almoarifado/Patrimônio e Protocolo, que atualmente não dispõe com suficiência de tal equipamento para atender a demanda atual.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Ressalta-se que esta Casa de Leis só dispõe de uma unidade de impressora que atende diretamente e diariamente no Protocolo para abertura dos processos administrativos, tanto internos, como os externos - oriundos de outros órgão e público em geral, restando prejudicados os trabalhos desenvolvidos diariamente pelo Setor de Almoxarifado/Patrimônio que necessita da impressão das etiquetas patrimoniais e de controle de estoque, visando ao adequado controle dos materiais e equipamentos pertencentes à CMG.

Assim, torna-se imprescindível a aquisição do equipamento e também dos insumos para suprir a demanda do Protocolo e ainda do Almoxarifado/Patrimônio.

### 3. DO PRAZO E DO LOCAL DA ENTREGA

**3.1** - A Entrega das mercadorias deverá ocorrer de forma única, no prazo não superior de 15 (quinze) dias, a contar da emissão e recebimento da Nota de Empenho e/ou Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor Competente.

**3.2** - O local da entrega do objeto deste Termo de Referência será na sede da Câmara, localizada na Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES – CEP 29.200-180, no horário de 8 às 18 horas, de segunda a sexta, desde que previamente agendado com o setor competente pelo recebimento da mercadoria.

### 4. DA FISCALIZAÇÃO

**4.1** - A fiscalização do contrato será realizada por servidor previamente designado pela CONTRATANTE, que irá fiscalizar a execução da despesa, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**4.2** - Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, podendo ocorrer exceções, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso.

**4.3** - O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

### 5. DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS E DA GARANTIA

**5.1.** A CONTRATANTE considerará recebido o material que estiver em conformidade com a AF – Autorização de Fornecimento, bem como, com este Termo de Referência.

**5.1.1.** Todos os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas à proteção do conteúdo contra danos durante o transporte, desde a fábrica até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques e transportes por rodovias, por responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

**5.1.2.** Os bens serão recebidos da seguinte forma:

**a) PROVISORIAMENTE:** assim que forem entregues, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.

**b) DEFINITIVAMENTE:** após verificação da conformidade dos materiais com as referidas especificações, no prazo máximo de 07 (sete) dias, contados a partir do recebimento do termo de liquidação da nota fiscal, caso não haja ressalvas.

**5.1.4.** Se, após o recebimento provisório, constatar que os bens fornecidos foram entregues em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas ou incompletas, depois de a CONTRATADA ter sido regularmente notificada, esta terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para entregá-los, dentro das referidas especificações ou completos, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE.

**5.1.5.** O recebimento definitivo dos bens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, aqueles só manifestados quando da sua normal utilização pela Câmara, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

**5.1.6.** A aceitação do material é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO, que será realizada pelo Fiscal do Contrato, por meio da aposição de sua assinatura e data no carimbo de "Atesto" na Nota Fiscal/Fatura.

**5.2. A CONTRATADA deverá observar o prazo mínimo de garantia de 12 meses**, contra todo e qualquer defeito comprovado de material, fabricação ou funcionamento, salvo aqueles decorrentes do uso inadequado do móvel, sendo obrigação da CONTRATADA prestar assistência técnica nas dependências da Câmara, não sendo possível sanar o defeito do equipamento no local em que se encontra, retirá-lo para conserto externo, sem qualquer ônus, inclusive de frete, para este Órgão.

**5.2.1.** O prazo de garantia começará a vigor a partir do Recebimento Definitivo do serviço especificado no processo de liquidação e pagamento.

**5.2.2.** Excetuadas as situações fortuitas ou de força maior, cada um dos bens não poderá ficar paralisado ou fora das dependências da CMG por período de tempo superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação de assistência técnica.

**5.2.3.** Os chamados de assistência técnica e montagem deverão ser atendidos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis após a efetivação da comunicação por parte da CONTRATANTE.

**5.2.4.** A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade pelos bens retirados eventualmente para conserto, responsabilizando-se pelo transporte e guarda.

**5.2.5.** A CONTRATADA deverá informar o nome das pessoas responsáveis e os números de telefone e e-mail, por meio dos quais a CONTRATANTE poderá solicitar os serviços de montagem e assistência técnica dentro do prazo de garantia.

**5.2.6.** A CONTRATADA deverá substituir, por outro novo, com as mesmas características e de qualidade superior, após aprovação do novo modelo pelo Fiscal do Contrato e sem qualquer ônus, inclusive de frete, para a CONTRATANTE, todo e qualquer bem que necessite, num intervalo de 30 (trinta) dias, de 3 (três) ou mais solicitações de assistência técnica.



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

**5.2.7.** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. Incumbirá à CONTRATADA o ônus da prova da origem do defeito.

**5.2.8.** Vencido o prazo inicialmente fixado ou o de uma eventual prorrogação sem que o bem tenha sido entregue ou consertado, a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, a partir daí, a ser considerado como recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo, no Edital e em seus outros Anexos e na legislação pertinente em vigor.

**5.2.9 -** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA fica obrigada a reparar eventual defeito ou fazer a substituição, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação do defeito, sem ônus para o CONTRATANTE.

**5.2.10 -** Caso o reparo não possa ser concluído, o produto ou serviço defeituoso deverá ser substituído imediatamente.

### **6. DO PAGAMENTO**

**6.1 -** O pagamento será efetuado à CONTRATADA até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à entrega do produto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo Fiscal da CONTRATANTE, por meio de depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA, com apresentação das CND Conjunta da Receita Federal, CND Estadual e Municipal da Sede do Licitante, FGTS, CNDT e CND do Município de Guarapari.

**6.2 -** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência de qualquer obrigação, as quais poderão ser compensadas com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**6.3 -** A Câmara poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pelo fornecedor, em decorrência de inadimplemento contratual.

**6.4 -** Não serão efetuados pagamentos adiantados, sob qualquer hipótese.

**6.5 -** Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), bem como caso o faturamento apresente alguma incorreção ou divergência de valores o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

**6.6 -** Só serão efetuados os pagamentos referentes a mercadoria efetivamente entregue.

**6.7 -** A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como nas Leis Estaduais nºs. 2.583/71 e 5.383/97 e alterações posteriores.

**6.8 -** Os preços pactuados serão fixos e irrevogáveis.

**6.9 -** A Nota Fiscal deverá ser eletrônica e emitida em moeda corrente do País.

### **7. CABE A CONTRATANTE**

**7.1 -** Compete a CONTRATANTE, obrigatoriamente, dentre outras responsabilidades estabelecidas em lei, a de:

- a) Permitir o tráfego supervisionado do pessoal da CONTRATADA nas dependências da Câmara, desde que estes estejam devidamente uniformizados e identificados;
- b) Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada;
- c) Designar servidor como responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega e recebimento dos materiais, anotando e registrando as ocorrências e as falhas decorrentes da execução do CONTRATO, em registro próprio, e comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- d) Por meio do Fiscal do Contrato, atestar a efetiva entrega dos materiais, assinando os canchotos das notas fiscais.
- e) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre ou a respeito de quaisquer irregularidades constatadas na execução do Contrato, fixando-lhe prazos para correções;
- f) Efetuar os pagamentos de sua responsabilidade nos prazos previstos, desde que atendidas todas as condições constantes no Edital e em seus Anexos e cumpridos todos os procedimentos administrativos de responsabilidade da CONTRATADA;
- g) Prestar informações e esclarecimentos necessários ao bom desenvolvimento das tarefas;
- h) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados com o Contrato e/ou qualquer alteração nas instruções ou procedimentos relacionados com o Contrato;
- i) Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares, concedendo-lhe prazo para defesa;
- j) Aplicar à CONTRATADA, em caso de inadimplemento, as penalidades regulamentares e contratuais e comunicá-la;
- k) Instruir a CONTRATADA acerca das normas de segurança;
- l) Vistoriar e aprovar os materiais disponibilizados pela CONTRATADA e não permitir que a CONTRATADA entregue materiais em desacordo com as normas estabelecidas neste Termo.

### **8. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**8.1 -** Compete ao FORNECEDOR, obrigatoriamente, dentre outras responsabilidades estabelecidas em lei, a de:

- a) Entregar os equipamentos conforme especificado neste termo, observando as condições pré estabelecidas;
- b) Entregar os materiais acondicionados em embalagens nas quais deverão constar os dados referentes à identificação;



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do bem, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

OBS.: O dever previsto nesta alínea implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, o produto com avarias ou defeitos;

d) Alertar seus empregados acerca da boa conduta, principalmente no tocante à disciplina e discrição quando da entrega dos materiais e realização do serviço;

e) Não transferir, por qualquer forma, os direitos e obrigações que o Contrato lhe atribui, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, manifestada por escrito e por quem detenha poderes para tanto;

f) Não se pronunciar em nome da CONTRATANTE, inclusive junto a órgãos de imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos à atividade da mesma, guardar sigilo absoluto quanto a quaisquer informações obtidas da CONTRATANTE em decorrência do Contrato, bem como não divulgar ou reproduzir quaisquer documentos, instrumentos normativos e materiais encaminhados pela CONTRATANTE;

g) Não utilizar o nome da CONTRATANTE, ou sua qualidade de fornecedor de materiais para a mesma, em qualquer forma de divulgação de suas atividades, tais como cartões de visita, anúncios, impressos ou qualquer outro tipo de propaganda;

h) Ressarcir toda e qualquer quantia que for efetivamente paga pela CONTRATANTE, em decorrência de ato ou fato culposos e/ou dolosos dos prestadores de serviços e/ou empregados da CONTRATADA;

i) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais objeto do Contrato;

OBS.: Fica, desde logo, convencionado que a CONTRATANTE poderá descontar, de qualquer crédito da CONTRATADA, a importância correspondente a eventuais pagamentos dessa natureza, que venha a efetuar por imposição legal;

j) Cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer, às suas próprias expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do Contrato;

k) Ser a única e exclusiva responsável por seus empregados ou prestadores de serviços, afastando a CONTRATANTE, em todas as hipóteses, de qualquer responsabilidade fiscal, trabalhista, comercial, civil, penal, administrativa e previdenciária pelos contratos firmados pela CONTRATADA;

l) Assumir inteira responsabilidade por todos e quaisquer danos provocados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de atos comissivos e omissivos, praticados por seus sócios, associados, integrantes não sócios, empregados, representantes e prestadores de serviços, por culpa, dolo, negligência ou imprudência, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade.

OBS.: Caso não o faça dentro do prazo estipulado, à CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da nota fiscal a ser paga, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas;

m) Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo bom comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados pelos mesmos à CONTRATANTE ou a terceiros;

n) Credenciar junto à CONTRATANTE um representante para prestar esclarecimentos e atender prontamente a todas as solicitações necessárias para boa execução do Contrato;

o) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente todas as reclamações, bem como, cumprir as orientações do Fiscal do Contrato;

p) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;

q) Observar ou fazer observar, por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pela Administração;

r) Comunicar, por escrito, à CONTRATANTE, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida;

s) Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições exigidas à habilitação e à qualificação para o processo licitatório, no entanto, a CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a cópia de todo e qualquer documento que ateste a regularidade da CONTRATADA;

t) Comunicar imediatamente qualquer alteração ocorrida no endereço, dados cadastrais e bancários, representantes, sócios e outros julgáveis pertinentes e necessários à boa execução do Contrato.

u) Fornecer materiais novos (sem uso, reforma ou acondicionamento) e que não estarão fora de linha de fabricação, pelo menos nos próximos 90 (noventa) dias, contados da data da ordem de fornecimento, de maneira a não prejudicar a execução dos objetos ora adquiridos, sob pena de restar caracterizada inexecução parcial da aquisição;

u.1) É permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, nas mesmas condições de preço, fornecimento e garantia, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto, devendo este também permanecer em linha de comercialização no supracitado tempo de 90 dias;

u.2) Sempre que houver descontinuidade ou alteração nos modelos propostos, o FORNECEDOR deverá comunicá-las, mantendo o ADQUIRENTE informado;

u.3) Os novos modelos de equipamentos deverão ser submetidos à teste de conformidade pela equipe do ADQUIRENTE.

u.4) Fornecer todos os equipamentos com suas devidas certificações nos órgãos competentes;



## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

- u.5) Prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados pelo ADQUIRENTE, relacionados com as características e funcionamento dos equipamentos e também na compatibilidade com software de terceiros;
- u.6) Cumprir a garantia de funcionamento e prestar assistência técnica dos equipamentos, na forma e nos prazos estabelecidos;
- u.7) Garantir a reposição de peças durante o período da garantia, sem ônus ao ADQUIRENTE;
- i.8) Prestar os serviços durante o período de garantia na comarca do adquirente local onde estiver instalado o equipamento e/ou arcar com todos os custos advindos do transporte até o laboratório, bem como seu retorno à Câmara.

### 9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas inerentes a este Termo de Referência correrá à conta do orçamento da CONTRATANTE, para o corrente exercício, cujo Elemento de Despesa será oportunamente informado pelo Setor contábil.

### 10. DAS PENALIDADES

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Câmara Municipal de Guarapari poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa moratória e/ou compensatória por perdas e danos, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

V - Impedimento de licitar e contratar com o Poder Legislativo Municipal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.2 - Os procedimentos administrativos para aplicação das sanções administrativas obedecerão ao disposto na Instrução Normativa SCL nº 001/2020, aprovada pela Portaria nº 6.546/2020.

### 11. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 - Os valores ofertados deverão conter somente 02 (duas) casas decimais depois da vírgula (R\$ x,xx).

11.2 - O valor aceito para contratação deverá estar compatível com o valor de mercado, estabelecido através de pesquisa de preços e expresso no mapa comparativo de preços.

11.3 - No julgamento das propostas será considerada vencedora a empresa que apresentar o menor preço, desde que atendidos os requisitos previstos neste Termo.

11.4 - No preço estão contidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos fiscais, sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes (transporte), rotulagem, embalagens, licenças e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Termo, os quais não acrescentarão ônus para a CMG.

11.5 - A proposta de preço deve informar a validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

11.6 - Deverá ser fornecida documentação original em português do(s) produto(s) ofertado(s) contendo as características do(s) produto(s), bem como o site do fabricante para obtenção de maiores informações.

11.7 - Os equipamentos deverão estar acondicionados, conforme padrão do fabricante, e na embalagem deverá constar as informações do produto oferecido, tais como: marca, modelo e características, devendo garantir proteção durante transporte, estocagem e demais informações exigidas na legislação em vigor.

11.8 - Nenhum componente do(s) equipamento(s) poderá(ão) apresentar qualquer conexão, fios, jumpers ou outros elementos que indiquem erro ou imprecisão de projeto da parte do fabricante ou do montador/integrador.

11.9 - Os equipamentos ofertados deverão possuir qualidades técnicas e de fabricação de acordo com as normas e órgãos de controle que regem a qualidade dos produtos no Brasil.

### 12. DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### LOTE 01 – Equipamentos de Áudio, Vídeo e Foto e de Processamento de Dados

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca /Mod.	V. Unit. Máximo	V. Total Máximo
01	PROJETOR DE IMAGENS, contendo as seguintes características mínimas necessárias: SISTEMA DE PROJEÇÃO: LCD TFT Display; LUMINOSIDADE: 2800 ANSI Lúmens; FONTE DE LUZ: Led; RESOLUÇÃO NATIVA: 1280 x 800 px; CONTRASTE: 1500:1; TAMANHO DA IMAGEM: 40" a 120"; DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO: 1,5m a 4m; PROPORÇÃO DA PROJEÇÃO: 16:9 e 4:3; FOCO: manual; INTERFACE DE ENTRADA: HDMI x 2, USB x 2, VGA (D-	02	Un		R\$ 2.772,00	R\$ 5.544,00



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

	SUB 15 pinos), Áudio; INTERFACE DE SAÍDA: Áudio - Jack 3.5mm (Fone de ouvido); CORREÇÃO FÍSICA: $\pm 15^\circ$ ; TIPO DE PROJETOR: Teto e Mesa; FONTE DE ALIMENTAÇÃO: Entrada AC; VOLTAGEM: BIVOLT; ITENS INCLUSOS: Controle remoto, Cabo de alimentação (tomada padrão brasileiro) e Manual de uso; Compatível com os sistemas Operacionais: Microsoft Windows XP, Vista, 7, 8, 10 e 11. 12 meses de garantia, a contar da data de recebimento definitivo do produto pela CONTRATANTE. <b>(Modelo de referência: Projetor de Led com multimídia Exbom PJ-V220, similar ou superior).</b>					
02	<b>Gravador de voz e som digital portátil</b> , contendo as seguintes características mínimas: Capacidade mínima de armazenamento: 32GB Mídia de Armazenamento: memória flash incorporada Microfone: Capacitor Omni-direcional de 360 graus Formato de gravação: WAV MP3 Tempo de gravação: 720 horas Visor: LCD com retro iluminação Corte de ruído: inteligente, com sistema de microfone que capta sons distantes ou suaves, e filtro de corte elimina o ruído indesejado Função que acelera (x1.5) ou desacelera (x0.5) a faixa sem alterar o pitch Função jump/back pular de um ponto para outro na gravação. Interface: USB 2.0 Pilhas ou Bateria recarregável embutida, autonomia extra-longa das pilhas ou bateria para gravação prolongada. Gravações assinaladas por data, para que possa localizar facilmente. Manual de instruções em português. Garantia: 12 meses, a contar do recebimento definitivo da mercadoria.	05	Un		R\$ 699,00	R\$ 3.495,00
03	<b>HD Externo Portátil</b> , contendo as seguintes especificações mínimas: Capacidade de armazenamento: 4TB Interface de comunicação: USB 3.0/2.0 Velocidade de transferência: até 480mb/s Dimensões do disco: 2,5" Compatibilidade: Windows 10, 7, Vista, XP, Mac, OS, Tiger e Leopard. Manual de instruções em português. Garantia: 12 meses, a contar do recebimento definitivo da mercadoria.	01	Un		R\$ 895,90	R\$ 895,90

**Valor Global Máximo do Lote 01: R\$ 9.934,90 (Nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos)**

**LOTE 02 – Materiais e Equipamento de Processamento de Dados**

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Marca /Mod.	V. Unit. Máximo	V. Total Máximo
01	<b>Etiqueta couchê adesivo retangular</b> ; material: papel couchê; formato da etiqueta: retangular; tamanho da etiqueta: 70 x 28 mm (largura x altura); com uma carreira; comprimento do rolo: aproximadamente 32m; quantidade mínima de 1.000 etiquetas; tubete de 1 polegada; compatível com impressora ARGOX OS-214 PLUS e similares.	10	Rolo		R\$ 19,80	R\$ 198,00
02	<b>Etiqueta couchê adesivo retangular</b> ; material: papel couchê; formato da etiqueta: retangular; tamanho da etiqueta: 90 x 45 mm (largura x	15	Rolo		R\$ 25,80	R\$ 387,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

	altura); com uma carreira; comprimento do rolo: aproximadamente 32m; quantidade mínima de 1.000 etiquetas;; tubete de 1 polegada; compatível com impressora ARGOX OS-214 PLUS e similares.					
03	<b>Etiqueta patrimonial adesiva em poliéster</b> ; cor prata cromo; para utilização em controle patrimonial; tamanho 46 x 20 mm; rolo de 1(uma) carreira contendo no mínimo 1.000 etiquetas.	04	Rolo		R\$ 262,50	R\$ 1.050,00
04	<b>Ribbon misto 110 X 91M</b> Largura: 110mm; Comprimento: 91 metros; Tubete interno: 1/2 polegadas com chanfro; compatível com impressora ARGOX OS-214 PLUS e similares.	10	Rolo		R\$ 28,00	R\$ 280,00
05	<b>Ribbon de resina 110 X 91M</b> Largura: 110mm; Comprimento: 91 metros; Tubete interno: 1/2 polegadas com chanfro; compatível com impressora ARGOX OS-214 PLUS e similares.	03	Rolo		R\$ 43,00	R\$ 129,00
06	<b>Impressora térmica para etiquetas</b> , contendo as seguintes características mínimas necessárias: Sistema de troca fácil da bobina de etiquetas. Impressão dos principais códigos de barras do mercado e também os códigos bidimensionais QR-Code. INTERFACE DE COMUNICAÇÃO: 1 x USB de alta velocidade, 1 x serial RS-232, 1 x paralela. MÉTODO DE IMPRESSÃO: Térmica direta e Transferência térmica. RESOLUÇÃO: 203dpi. VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: máximo de 4ips. LARGURA MÁXIMA DE IMPRESSÃO: 105mm. COMPRIMENTO MÁXIMO DE IMPRESSÃO: 1092mm. MEMÓRIA: 8MB DRAM e 4MB FlashROM. PROCESSADOR: microprocessador RISC de 32 bits. SENSORES: refletivo (lado esquerdo). EMULAÇÃO: PPLA E PPLB. MÉTODO DE OPERAÇÃO: Um botão de Feed e dois LED's indicadores. IMPRESSÃO DE ETIQUETAS: Etiquetas com textos, imagens, gráficos, linhas e códigos de barras 1D e 2D. TIPOS DE ETIQUETAS COMPATÍVEIS: Papel couchet, BOPP, Etiquetas plásticas, Nylon, Papel Cartão, Papel térmico etc. TINTA DO RIBBON: Lado externo da bobina. Compatível com as seguintes medidas de etiquetas e ribbons: Largura da Etiqueta: 25,4mm à 110mm, Diâmetro da Bobina: 109mm, Diâmetro do Tubete: 25,4mm, Largura do Ribbon: 25,4mm à 105mm, Comprimento Máximo: 91 metros, Diâmetro do Tubete: 13mm. Compatível com os sistemas Operacionais: Microsoft Windows XP, Vista, 7, 8 e 10. Garantia mínima do fornecedor: 12 (doze) meses. (Marca referência: Impressora de etiquetas Argox OS-214 Plus ou superior).	01	Un		R\$ 2.190,00	R\$ 2.190,00
<b>Valor Global Máximo do Lote 02: R\$ 4.234,00 (Quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais)</b>						

Guarapari/ES, 07 de fevereiro de 2022.

Ana Carolina Bacovis Lobo Leite  
Subdiretora de Comunicação e Publicidade Institucional

Tainah Mozer Freire  
Chefe de Divisão de Compras, Contratos e Convênios

Renan Nunes de Barros  
Diretor de Planejamento e Recursos Humanos  
Câmara Municipal de Guarapari



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

**ANEXO III**

**MODELO DE CREDENCIAMENTO**

Guarapari/ES, de de 2022.

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Guarapari;

Pregão Presencial nº 003/2022

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx vem pelo presente, informar a V. S<sup>as</sup>, que o(a) Sr.<sup>(a)</sup> xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Carteira(s) de identidade nº(s) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)  
Carimbo de CNPJ RG E CPF



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS**

Guarapari/ES,        de        de 2022.

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Guarapari;

Pregão Presencial nº 003/2022

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)  
Carimbo de CNPJ RG E CPF



# ESTADO DO ESPÍRITO SANTO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

## ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO - DIVERSAS

Guarapari/ES, de \_\_\_\_\_ de 2022.

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Guarapari;

Pregão Presencial nº 003/2022

A empresa ( nome da empresa ) , inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio do seu responsável legal Sr (a). (nome do responsável), portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF nº xxxxxxxx, DECLARA sob as penalidades cabíveis que:

1º) Atendemos ao disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, bem como, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

( ) Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendizes

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

2º) Inexiste fato superveniente impeditivo a sua participação na licitação em referência.

3º) Inexiste débito perante o Município de Guarapari – ES.

4º) Inexiste fatos que venham declarar inidônea pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, inclusive com a Administração Pública de Guarapari.

5º) Para os devidos fins e a quem de direito possa interessar que sendo CONTRATADA para o fornecimento dos produtos, tem ciência que será de inteira responsabilidade desta a ocorrência de qualquer acidente, danos a terceiros entre outros, ocorridos em horário de trabalho e que tenha como autor do evento a Contratada e/ou seus respectivos funcionários, ficando a Câmara Municipal de Guarapari/ES, bem como Município de Guarapari/ES, isento de qualquer responsabilidade pelos mesmos.

Assinatura Identificável  
(nome do representante da empresa)  
Carimbo de CNPJ RG E CPF



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

Guarapari/ES,        de        de 2022.

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Guarapari/ES;

Pregão Presencial nº 003/2022.

A Empresa....., inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, devidamente        representada por seu sócio legal, ....., DECLARA para os devidos fins e a quem de direito possa interessar que caso seja vencedora do certame supramencionado se compromete fornecer os produtos nos preços constantes de sua proposta e no prazo estabelecido no edital, em plena concordância com a Ordem de Fornecimento/Serviço.

Assinatura Identificável do representante da empresa  
(nome do representante)  
Carimbo de CNPJ RG E CPF



**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME, EPP OU EQUIPARADAS**

Guarapari/ES,        de        de 2022.

Ao Pregoeiro da Câmara Municipal de Guarapari/ES;

Pregão Presencial nº 003/2022

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) do documento de identidade nº xxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

Assinatura Identificável do representante da empresa  
(nome do representante)  
Carimbo de CNPJ RG E CPF